

As boas práticas e os princípios incorporados em manuais de redação sobre o uso de IA generativa no jornalismo de emissoras públicas¹

Ana Paula CARDOSO²
Gislene NOGUEIRA LIMA³
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo propõe um estudo sobre princípios adotados para o uso de Inteligência Artificial Generativa (IAG) na rotina de emissoras públicas de comunicação. O estudo empregou a leitura crítica de manuais de redação, diretrizes éticas e documentos sobre boas práticas adotadas por essas organizações públicas. Buscou-se identificar os procedimentos para garantir a transparência no debate sobre a disseminação e os limites do uso da IAG na produção de notícias. Os resultados indicam que as emissoras públicas brasileiras investigadas - TV Brasil e TV Cultura - ainda não formalizaram orientações específicas aos jornalistas. Organizações públicas da Europa - FMM e BBC - e dos Estados Unidos - NPR - atualizaram manuais, diretrizes e guias de boas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; manual de redação; inteligência artificial generativa; emissora pública; comunicação pública.

INTRODUÇÃO

A inteligência artificial generativa (IAG) tem na ética uma discussão de base, relata Lucia Santaella no Manual Ético para o uso da IAG publicado na Revista Digital de Tecnologias Cognitivas (TECCOGS). Para a autora, “educar para a ética tornou-se mandatório” (Santaella, 2023, p. 5). A base desse dilema ético está no fato de que a IA pode ser usada como apoio eficiente a uma série de tarefas relacionadas à linguagem, mas também se presta a fraudes, interpretações enviesadas, distorcidas ou falsas de eventos, fatos, áudios e imagens – o que em última instância pode comprometer a própria ordem democrática.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), e-mail: anapaulacardoso@usp.br. Atuou como editora do Manual de Jornalismo da Radiobrás: produzindo informação objetiva em uma empresa pública de comunicação, organizado por Celso Nucci e lançado pela empresa em 2006.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), e-mail: gisnogueira@usp.br.

A IAG, em especial o Chat GPT, desenvolvido pela Open AI com apoio financeiro da Microsoft, foi tornada disponível ao público a partir do fim de 2022. O sucesso indiscutível vem se tornando cada vez maior à medida que as novas versões ampliam características de uma interface amigável e disposta a realizar diferentes tarefas, impactando “todas as áreas de produção humana relacionadas com linguagem”. (Santaella, 2023, p. 7)

Embora haja certo frenesi em torno da ferramenta, seus usos e limites, cabe lembrar que essa tecnologia se insere em uma longa história de pesquisa no campo das ciências da computação, cujos primórdios remontam a meados do século XX (Bucci, 2023). Naquela época, como hoje, os propósitos da IA podiam ser resumidos assim: “desenvolver sistemas artificiais capazes de simular propriedades e habilidades que são próprias da inteligência humana”. (Santaella, 2023, p. 9)

APLICAÇÕES E EXTERNALIDADES: POSITIVAS E NEGATIVAS

São inúmeras as aplicações da IA no dia a dia e em profissões atuais, que vão de aplicativos de reconhecimento de voz e facial, tradução automática, moderação de conteúdo e assistentes virtuais, a sistemas de recomendação para usuários de comércio eletrônico, plataformas de *streaming* e mídias sociais, passando por casas inteligentes e veículos autônomos. Isso sem falar em jogos virtuais e cibersegurança, além dos populares aplicativos de tráfego e navegação.

Todos esses avanços são apenas um lado desta moeda tecnológica. Na outra face encontram-se as chamadas externalidades negativas (expressão oriunda do campo da economia), que ao serem empregadas no campo da IA indicam conflitos entre as aplicações e os direitos humanos (Kaufman et al., 2023). Nesse grupo que suscita debates sobre regulação e implicações éticas, alguns exemplos são os riscos à democracia, discursos discriminatórios, impactos ambientais, erros na aferição de dados demográficos e raciais, além de questões como direitos de propriedade e concentração de poder pelas *big techs* (como Google, Microsoft e Meta).

OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A partir da escolha de observar o uso da IAG sob a perspectiva da discussão teórica orientada por conceitos éticos ancorados em impactos positivos e negativos suscitados pela IAG (Santaella, 2023), adotou-se uma visada metodológica de pesquisa dos princípios adotados para o uso de IAG na rotina de emissoras públicas de comunicação em razão de essas organizações serem "entidades pertencentes ao público, regidas por normas públicas e administradas segundo critérios públicos" (Bucci, 2015, p. 73). As empresas públicas de comunicação devem, segundo princípios estabelecidos pela Unesco (2001), atuar como ferramenta de informação e educação acessível a todos os cidadãos, independentemente da posição social ou financeira que ocupam. Em função de suas responsabilidades com a democracia e com a educação do público, essas organizações precisam cumprir seu papel com uma preocupação pela qualidade que as distinguem das emissoras comerciais (Unesco, 2001, p. 7).

Tradicionalmente, os serviços públicos de comunicação são formados por empresas que não dependem de lucro e, portanto, são espaços não subordinados exclusivamente a critérios mercadológicos (Bucci, 2015). Em um momento de crise do modelo de negócio do jornalismo baseado na receita de venda de publicidade, as emissoras públicas podem ser espaços públicos de debate sobre as melhores práticas do jornalismo, preservado da pressão econômica de produzir conteúdos que rapidamente geram audiência e engajamento nas redes digitais. Feito o recorte do *corpus* a ser pesquisado, buscou-se identificar como as organizações de serviço público estão lidando para regular a aplicação da IAG dentro das suas redações, como a questão está sendo debatida, quais os parâmetros adotados, qual o grau de transparência com seu público e como estão se posicionando diante do contexto de intensa e constante evolução da tecnologia.

A IAG EM EMISSORAS PÚBLICAS

O artigo completo vai trazer um quadro comparativo com os dados compilados sobre as orientações adotadas por empresas públicas de comunicação. O quadro compila

os princípios e as diretrizes adotadas em cada um dos documentos pesquisados e em que foram identificadas instruções específicas para o uso responsável da IAG nas redações. Tenta-se compreender como as empresas têm se posicionado sobre o uso da IAG na rotina jornalística. São analisadas as recomendações de transparência sobre o emprego da ferramenta na confecção do produto jornalístico e a obrigatoriedade ou não de informar o leitor, ouvinte ou telespectador sobre a utilização. Também procuraram-se instruções específicas sobre as situações em que a aplicação da IAG deve ser evitada, como no caso de pesquisa de fontes e referências durante o processo de apuração de uma reportagem. Com o quadro, pretende-se captar o "Estado da Arte" do uso da ferramenta no jornalismo praticado nas emissoras públicas, levando em conta o status cambiante dessa tecnologia, tendo em vista suas frequentes atualizações.

Nos Manuais de Redação da TV Cultura de São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchieta, e na TV Brasil (Empresa Brasil de Comunicação - EBC), não foram identificadas orientações específicas para a questão do uso de IAG nas produções de programas e conteúdos jornalísticos.⁴ A Fundação Padre Anchieta mantém um Código de Ética e Conduta e um Manual de Redes Sociais em uma página aberta ao público. Em nenhum deles, a IAG é mencionada.⁵ A última versão do Manual de Redação da EBC foi editada em 2013. O texto, portanto, é anterior à atual proliferação da IAG e de suas capacidades de produção de texto, som e imagens.⁶

Organizações de serviço público de comunicação da Europa e dos Estados Unidos atualizaram seus manuais e princípios em seus guias de boas práticas. As empresas pesquisadas no recorte proposto para este artigo foram a *British Broadcasting Corporation* (BBC), o grupo *France Médias Monde* (FMM)⁷ e a *National Public Radio*

⁴ Consultadas informalmente, funcionárias da EBC informaram que a empresa trabalha para incorporar a questão do uso da IAG no Manual de Redação. Por enquanto, as equipes não estão autorizadas a usar a ferramenta nem para geração de texto e nem para imagem. Na TV Cultura, segundo sondagem realizada para definição do recorte de documentos a serem analisados neste trabalho, as discussões sobre o tema são tratadas de modo informal.

⁵ A última versão do Código de Ética e Conduta da FPA foi publicada em 2023. O documento está disponível em: https://tvcultura.com.br/upload/fpa/sobre/20230117105833_co-digo-de-e-tica-e-conduta-fpa-2023.pdf. Acesso 28 jun. 2024. O Manual de Redes Sociais está disponível para leitura em: https://tvcultura.com.br/upload/fpa/sobre/20230503143825_manual-de-rede-rede-cultura.pdf. Acesso 28 jun. 2024.

⁶ A última versão do Manual de Redação da EBC está disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf. Acesso em 28 jun. 2024.

⁷ Três empresas compõem o serviço público de comunicação francês: a *Radio France*, a *France Télévision* e o grupo *France Médias Monde*. A FMM reúne meios de comunicação de carácter

(NPR). A britânica BBC distribui as orientações em três principais eixos: (a) os princípios, os valores e a missão da organização devem ser centrais na utilização de IAG; (2) o uso das ferramentas precisam respeitar os direitos de criadores, artistas, colaboradores e fornecedores; (3) a aplicação deve ser informada de modo transparente ao público sobre o porquê de a IAG ter sido utilizada, como a ferramenta funciona e como afeta a audiência. O último eixo propõe que a utilização deve ser sempre supervisionada para garantir a clara responsabilidade no uso da IAG, mesmo quando o conteúdo é fornecido por terceiros. A utilização precisa ainda ser acompanhada por supervisão humana efetiva e preparada, incluindo no que se refere a conteúdos e dados envolvidos em entradas e saídas.⁸

A FMM é o grupo audiovisual de serviço público mundial de informação financiado por cidadãos franceses. O grupo elaborou o *Guide des bonnes pratiques de l'intelligence artificielle dans l'activité éditoriale* (Guia de boas práticas de inteligência artificial na atividade editorial, em tradução livre) com o objetivo de se resguardar contra os riscos associados à utilização da IA no trabalho jornalístico e para estabelecer os princípios éticos e os limites da utilização dessa nova ferramenta. O documento, de elaboração coletiva, sinaliza campos de uso desejáveis e situações em que devem ser evitados no trabalho jornalístico. Parte de dois pontos essenciais para desdobrar seis princípios de conduta para uso da ferramenta: (a) a IAG não é um mecanismo de busca de informações, pois seus resultados se baseiam na frequência e probabilidade de determinadas respostas, não na pertinência, credibilidade ou autoridade das fontes, como ocorre nos motores de busca. Por isso, a IAG não é uma tecnologia para buscar informações, mas sim para o processamento de linguagem; (b) qualquer informação sensível ou confidencial não deve ser processada por esse tipo de ferramenta aberta.⁹

A rede pública de rádios dos Estados Unidos, a NPR, incluiu uma seção especial sobre o uso de IAG no documento *NPR Ethics Handbook*. O texto afirma que o conteúdo oferecido ao público da NPR sempre foi e sempre será produto de seres humanos. A empresa afirma que tem posição de liderança na busca de usos criativos de

internacional em três mídias: a Rádio França Internacional (RFI), o canal France 24 e a rádio em língua árabe Monte Carlo Doualiya.

⁸ BBC AI Principles. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/supplying/working-with-us/ai-principles/>. Acesso 28 jun. 2024.

⁹ O guia foi publicado no site do grupo France Médias Monde (FMM) em uma seção que reúne vários documentos relativos a conduta profissional, transparência e princípios éticos. Disponível em <https://www.francemediasmonde.com/fr/nos-engagements/deontologie/>. Acesso 28 jun. 2024.

novas tecnologias e que, se usada "cuidadosamente"¹⁰, a IAG pode ajudar a cumprir a missão de jornalistas, tornar as equipes mais eficientes e, possivelmente, ajudar a liberar pessoal para fazer coisas mais criativas e críticas para o avanço do jornalismo. A NPR pontua cinco valores que precisam estar presentes no uso da IAG em produções da rede: (1) Precisão: os jornalistas são os responsáveis pelo conteúdo publicado, com ou sem o uso das ferramentas. (2) Completude: o jornalista não deve confiar no uso da IAG para incluir todos os ângulos de uma história em uma reportagem. (3) Imparcialidade: a IAG não poderá fazer a checagem de *bias* (vieses ou preconceitos), esse é o trabalho do jornalista. (4) Transparência: se o uso da IAG desempenhou um papel significativo na produção de uma reportagem, isso deve ser compartilhado com o público. (5) Excelência: quando usadas corretamente, as ferramentas podem facilitar a rotina jornalística. O documento afirma que as instruções devem ser atualizadas continuamente diante dos novos desafios e das novas utilizações que surgirem.¹¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redações são espaços privilegiados para a reflexão sobre a profissão do jornalista. Em especial situação estão as redações de emissoras públicas que, como atores da esfera pública (Habermas, 2014) e protegidos da pressão do mercado (Bucci, 2015), têm características próprias que podem torná-las protagonistas no debate sobre a aplicação de ferramentas de IAG e seus impactos (positivos e negativos) no processo de produção de notícias. Dessa forma, a definição - e o registro disponível ao público - de posturas éticas e boas práticas para o uso de IAG no dia a dia por parte desses veículos de comunicação devem fazer parte da agenda de redações no Brasil e no exterior, a exemplo dos documentos mapeados neste estudo. No Brasil, no âmbito das empresas públicas analisadas, nossa pesquisa indica que as discussões existem, mas ainda em caráter informal. No âmbito privado, vale citar a recente atualização dos princípios editoriais publicada pelo Grupo Globo para incluir orientações sobre inteligência

¹⁰ A palavra usada no documento original da NPR foi "*thoughtfully*" que aqui traduzimos para "cuidadosamente". O vocábulo em língua inglesa, no entanto, parece mais rico ao incluir no significado o princípio do uso do pensamento crítico em seu conteúdo semântico.

¹¹ NPR Ethics Handbook: Special Section Generative Artificial Intelligence. Disponível em: <https://www.npr.org/about-npr/1205385162/special-section-generative-artificial-intelligence>. Acesso 27 jun. 2024.

artificial, em uma demonstração de transparência tanto para suas equipes como para seu público.¹²

Entre as organizações públicas selecionadas para este trabalho, nota-se a preocupação de aspecto ético de propor a reflexão e princípios delimitadores sobre o uso da IAG na rotina jornalística. Nessas empresas, nota-se em comum a orientação de considerar a IAG como ferramenta de trabalho, cabendo ao jornalista o papel de fazer a reflexão humana sobre o conteúdo a ser veiculado. Percebeu-se também a preocupação de evitar a elaboração de listas de procedimentos, o que seria talvez inviável diante da tecnologia em pleno desenvolvimento e atualizações. Em vez disso, percebeu-se uma proposta de abordagem crítica e um alerta para que os profissionais tenham em mente que o uso da IAG deve respeitar direitos e deveres (autorais e de responsabilização pelo conteúdo produzido).

No Brasil, enquanto não temos uma regulação nacional sobre o desenvolvimento e o uso da IAG no país, as redações de emissoras públicas têm a oportunidade de conduzir o debate sobre o uso da ferramenta nas redações de forma ética e transparente, valores essenciais para manter vínculo de confiabilidade com o público.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. **Incerteza**, um ensaio: como pensamos a ideia que nos desorienta (e orienta o mundo digital). Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BUCCI, Eugênio. **A Superindústria do Imaginário**: Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. São Paulo. Autêntica, 2021.

BUCCI, Eugênio. **Estado de Narciso**: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COELHO, Teixeira. E. **Cultura, a utopia final**: inteligência artificial e humanidades. São Paulo : Iluminuras, Itaú Cultural, São Paulo, 2019.

GUPTA, Raja. **Generative AI for beginners**. Disponível em: <https://medium.com/@raja.gupta20/generative-ai-for-beginners-part-1-introduction-to-ai-eadb5a71f07d>. Acesso em: 10 abr., 2024.

¹² GLOBO.COM. Princípios Editoriais Do Grupo Globo, 27 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso 28 jun. 2024.

KAUFMAN, D.; JUNQUILHO, T.; REIS, P. Externalidades negativas da inteligência artificial: conflitos entre limites da técnica e direitos humanos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 43–71, 2023. DOI: 10.18759/rdgf.v24i3.2198. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/2198>. Acesso em: 28 jun. 2024.

KAUFMAN, Dora. **Desmistificando a inteligência artificial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

KAUFMAN, Dora. **A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTAELLA, Lucia. Por que é imprescindível um manual ético para a Inteligência Artificial Generativa? TECCOGS – **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 28, 2023, p. 7–24. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/67064>. Acesso 28 jun. 2024.

SANTAELLA, Lucia. **A inteligência artificial é inteligente?** São Paulo: Almedina, 2023.

SANTAELLA, Lucia. **Desafios e dilemas da ética na inteligência artificial**. In: GUERRA FILHO, Willis S. et al. (org.). **Direito e Inteligência Artificial: fundamentos**, v. 1 – Inteligência Artificial, ética e direito. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2021. p. 109-136.

UNESCO. **Public Broadcasting: Why? How?** Paris, 2001.

REFERÊNCIA CORPUS

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC) BBC AI Principles. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/supplying/working-with-us/ai-principles/>. Acesso 28 jun. 2024.

FRANCE MÉDIAS MONDE (FMM). Guide des bonnes pratiques de l'utilisation de l'intelligence artificielle dans l'activité éditoriale à FMM. Disponível em <https://www.francemediasmonde.com/fr/nos-engagements/deontologie/>. Acesso 27 jun. 2024.

NATIONAL PUBLIC RADIO (NPR). About NPR. NPR Ethics Handbook: Special Section Generative Artificial Intelligence. Disponível em: <https://www.npr.org/about-npr/1205385162/special-section-generative-artificial-intelligence>. Acesso 28 jun. 2024.